



IBAMA
FISCALIZAÇÃO
FEDERAL

SIMULADO FINAL

IBAMA

**Cargo 1: Analista Administrativo
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final IBAMA (Analista Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Administrativo** do **IBAMA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/GwmMhc5u4BX9ma4N6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/XcmW>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1****Como informar as crianças em momentos de crise?**

Maria Carolina Cristianini*

Enfrentar crises não é novidade para quem vive na Terra. Entre guerras, períodos de recessão e tragédias naturais e humanas, de tempos em tempos as crises surgem. É necessária muita sobriedade nesses momentos. E, então, são os adultos que, efetivamente, assumem o papel de lidar com a situação e resolvê-la – conforme a possibilidade de atuação de cada um. Mas há outra questão. O mundo não é formado somente pelos maiores de idade.

É a partir disso que convido a uma reflexão: como os adultos ao seu redor, ou você mesmo, têm explicado a crise atual – e os seus mais diversos sentidos –, causada pela pandemia de Covid-19, a crianças e adolescentes? Posso afirmar, com a segurança de uma trajetória que passa de 12 anos nesta área, que o jornalismo infantojuvenil é, sim, o melhor amigo de pais, mães, tios, tias, professores e professoras neste momento.

Levar os fatos para os jovens, apurados com as mesmas técnicas usadas no jornalismo profissional “para adultos”, tem, sim, os mais diversos benefícios quando se está diante de algo que presenciamos pela primeira vez, como o novo coronavírus. Alguns desses impactos positivos: usa linguagem adequada para este público, garantindo o seu entendimento e o contexto do que está acontecendo; acalma diante da ansiedade que algo desconhecido naturalmente traz; e abre a oportunidade para que a criança ou o adolescente se sinta inserido na situação como parte integrante e ativa da sociedade, sem estar à margem do noticiário.

O jornalismo infantojuvenil pode transformar uma geração, a partir da informação de qualidade e do incentivo ao desenvolvimento do senso crítico e à construção de uma cidadania ativa, em qualquer idade.

1. No primeiro parágrafo, a expressão ‘É necessária’ poderia ser corretamente reescrita, com manutenção do sentido, da seguinte forma: É necessário.
2. No último parágrafo, a expressão ‘infantojuvenil’ poderia ser substituída por ‘infanto-juvenil’, com manutenção da correção gramatical.
3. No penúltimo período do primeiro parágrafo, a expressão ‘outra questão’ complementa de forma direta o verbo que a antecede.
4. No primeiro parágrafo, a vírgula após ‘guerras’ é facultativa.
5. No primeiro período do segundo parágrafo, o emprego do acento grave de crase em ‘a uma reflexão’ promoveria inadequação gramatical.
6. No penúltimo parágrafo, a preposição ‘para’, na primeira ocorrência, tem valor semântico de finalidade.
7. No primeiro período do penúltimo parágrafo, o ‘se’ indica que o sujeito da oração está indeterminado.
8. No final do penúltimo parágrafo, na expressão ‘o adolescente se sinta inserido’, o pronome ‘se’ poderia ser corretamente posposto ao verbo ‘sinta’.
9. O texto sugere que a maneira como as crianças e adolescentes percebem e compreendem crises não está diretamente ligada à forma como os adultos ao seu redor as explicam.

10. Segundo o texto, a informação, adaptada ao nível cognitivo das crianças, não apenas apazigua a ansiedade, mas também as integra no fluxo da sociedade, permitindo-lhes compreender que são agentes históricos.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

11. No Explorador de Arquivos do Windows, ao clicar com o botão direito do mouse sobre um item, aparece o menu Propriedades, nele é possível verificar várias características do mesmo. Caso o usuário tenha selecionado um arquivo e pressionado esse menu, não é possível alterar o tipo do arquivo de forma válida.
12. No Word, ao clicarmos, com o mouse, uma vez sobre uma palavra, selecionaremos todo o parágrafo no qual ela se encontra.
13. No Excel existe a possibilidade de integração com outras bases de dados inclusive permitindo a importação e exportação de arquivos de dados em formatos como o csv.
14. No Teams é possível criar reuniões e enviar o convite para os participantes por email.
15. O serviço de FTP deve ser utilizado apenas mediante a solicitação prévia de senha do usuário.
16. Em um DDoS, um invasor sobrecarrega um website, servidor ou recurso de rede com tráfego malicioso fazendo com que o alvo trave ou não consiga operar, negando serviço a usuários legítimos e impedindo que o tráfego legítimo chegue ao seu destino.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

André Rocha

- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente de Mudança do Clima.
- Sobre a Lei nº 7.735/1989, que criou o Ibama, e a Lei nº 10.410/2002, que criou a carreira de Especialista em Meio Ambiente, julgue o item a seguir.
17. O Ibama possui a finalidade de implementar a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo nas terras indígenas, em parceria com os órgãos e entidades gestores correspondentes.
- Com base na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), na Lei Complementar nº 140/2011 (competências ambientais), na Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), julgue os itens **18** a **22**.
18. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) deve, mediante proposta do Ibama, estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
19. Um empreendimento que esteja localizado em uma Área de Relevante Interesse Ecológico instituída por lei estadual deve ter sua licença ambiental emitida pelo Ibama.
20. Caso uma pessoa jurídica esteja em regime de falência, poderá ser desconsiderada para fins de ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, podendo o poder público acionar os sócios que respondem em seu nome.

21. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental deve ter decretada sua liquidação forçada e seu patrimônio será perdido em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

22. Atividades com o objetivo de recompor a vegetação nativa no entorno de nascentes ou outras áreas degradadas, conforme norma expedida pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), são consideradas de interesse social pelo Código Florestal.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

23. Entre as subdivisões do método numérico temos o método dígito terminal que tem como principal característica a leitura dos números da direita para a esquerda.

24. As atividades de difusão e de descrição não estão entre as atividades da gestão de documentos.

25. Levando em conta os modelos funcional e estrutural de classificação, podemos dizer que o modelo estrutural leva vantagens sobre o funcional em virtude de sua estabilidade.

26. A classificação funcional leva em conta o local ou departamento nos quais o documento é gerado.

27. Ao se avaliar documentos busca-se a presença ou ausência dos valores primário, secundário e terciário dos documentos.

28. Nos arquivos intermediários, embora os documentos não tenham mais alta frequência de uso e consulta, ainda apresentam valor primário.

LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Ricardo Campanário

29. No sistema de reposição periódica do estoque, o pedido de compra é realizado em intervalos de tempo variáveis.

30. O sistema de reposição contínua do estoque é concebido de modo que, até a entrega do novo lote de compra, seja possível fazer o uso do estoque de segurança.

31. Embora a manutenção de um cadastro de fornecedores não esteja entre os objetivos da função compras, sua condução é necessária para que as aquisições sejam realizadas com qualidade, celeridade e a um preço econômico.

32. São três os critérios a serem negociados com os fornecedores em uma compra eficiente: preço, prazo de entrega e condições de pagamento.

33. O sistema descentralizado de compras pode ocasionar pouca uniformidade da qualidade dos materiais comprados.

Acerca do objeto e do edital de licitação nas compras públicas, julgue os itens subsequentes.

34. Ao inserir, em edital de licitação, as características para aquisição de materiais ecoeficientes, o Estado sinaliza ao mercado sua intenção de considerar a compra de produtos sustentáveis, atuando como um consumidor comum que faz compras.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

35. De acordo com o Código de Conduta Ética do Ibama, o agente público não pode aceitar qualquer tipo de prêmio concedido por entidades acadêmicas em reconhecimento por sua contribuição intelectual.
36. A Comissão de Ética do Ibama pode aplicar penalidades disciplinares de suspensão ou exoneração ao agente público investigado.
37. Qualquer cidadão ou entidade regularmente constituída pode apresentar denúncia sobre possível violação ao Código de Conduta Ética do Ibama.
38. Mariana é servidora pública e, há alguns meses, vem sendo alvo de comentários ofensivos e humilhantes por parte de seu superior hierárquico na frente de seus colegas de trabalho. Além disso, ele frequentemente a sobrecarrega com tarefas que estão fora de sua competência, ameaçando prejudicá-la caso ela se recuse. Mariana sente-se desmotivada e com receio de denunciar a situação. O comportamento do superior hierárquico caracteriza assédio moral, pois envolve repetição de condutas abusivas que afetam a dignidade da servidora.
39. No serviço público, a discriminação pode ocorrer de diversas formas, prejudicando a igualdade e o tratamento justo entre servidores e cidadãos. Sobre a discriminação no serviço público, a igualdade de acesso e progressão na carreira pública deve ser garantida independentemente de raça, gênero, idade ou qualquer outro fator discriminatório.

40. A legislação brasileira não prevê sanções para atos discriminatórios no serviço público, cabendo apenas a responsabilização civil da Administração.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

- Com base na Accountability, Governabilidade e governança, Governo eletrônico e Transparência da administração pública; controle social e cidadania, julgue os itens a seguir.
41. Na administração pública, a *accountability* está associada ao dever de os agentes públicos prestarem contas, com objetivo de garantir-se uma maior transparência de seus atos, bem como à responsabilização pelos atos decorrentes de sua gestão.
42. A *accountability* horizontal pressupõe uma ação entre desiguais, a exemplo da atuação dos Tribunais de Contas.
43. O governo eletrônico tem por objetivo democratizar o acesso à informação e diminuir a participação popular do cidadão na gestão pública.
44. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas é de quinze anos.

45. Texto: Mário Bros explicou ao seu irmão, Luigi, que o Controle Social consiste na participação da sociedade na verificação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Trata-se do cidadão participar das ações e decisões do governo, sugerindo novas ideias, correções e alterações. É uma forma do cidadão exercer ativamente a cidadania. Luigi, por sua vez, explicou a Mário Bros que o poder público tem a obrigação de disponibilizar o maior número de dados relevantes, por iniciativa própria, independentemente de pedido ou solicitação, sendo que essa disponibilização de dados e informações, por iniciativa própria (sem prévia solicitação de qualquer interessado), é chamada de Transparência Ativa.

Assertiva: Com base no texto, pode-se dizer que Mário Bros e Luigi estão corretos.

46. A gestão por resultados na administração pública tem como fundamento básico a substituição dos procedimentos adotados pelo modelo burocrático de administração com vistas à implantação de um modelo gerencial, com foco na otimização dos processos de gestão.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA - AFO

Gabriela Zavadinack

47. Dentro do PPA 2024-2027, a dimensão estratégica é formada pela visão de futuro, valores, diretrizes, eixos temáticos e objetivos estratégicos, enquanto os programas constam da dimensão tática.

48. As transferências voluntárias de recursos da União para Estados e Municípios não dependem da adimplência do ente receptor quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos.

49. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como uma de suas funções estabelecer as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, definindo as prioridades para o exercício seguinte e os parâmetros para aumento de despesa de pessoal do setor público.

50. No exercício de 2024, a Assembleia Legislativa de determinado Estado emendou o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), excluindo um projeto que destinava recursos a um programa de infraestrutura viária. Os recursos correspondentes a essa emenda ficaram sem destinação específica. Nesse cenário, e conforme a Constituição Federal, julgue o item a seguir.

O Governador poderá utilizar os recursos decorrentes de emenda para abrir crédito suplementar, independentemente de autorização do Poder Legislativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

51. A República Federativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, todos soberanos, nos termos da Constituição.

52. O STF entende que o chamado “discurso do ódio”, ainda que repugnante, está coberto pela garantia constitucional da liberdade de expressão.

53. É competência exclusiva da União combater a poluição, em qualquer de suas formas.

54. Lei Complementar deve dispor sobre a cooperação entre os entes federativos na matéria de proteção ao meio ambiente.
55. A ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a tutela constitucional do meio ambiente, sendo assegurado o exercício das atividades tradicionais dos povos indígenas.
56. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
57. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, apenas se pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
58. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
59. A Constituição Federal prevê como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
60. A Constituição Federal assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

61. Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.
- Em sentido amplo, considera-se ato administrativo toda manifestação unilateral de vontade do poder público no desempenho de atividades administrativas, dotada das prerrogativas do regime de direito público, com a finalidade de assegurar o cumprimento da lei e sujeita a controle jurisdicional, excluindo-se os atos gerais e abstratos, bem como os acordos bilaterais firmados pela administração pública.
62. Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.
- O ato administrativo realizado por agente público no exercício de sua função possui presunção de veracidade absoluta.
63. A respeito dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.
- O alvará de licença e o alvará de autorização emitidos pela administração pública representam instrumentos de exercício do poder de polícia.
64. A respeito dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.
- O abuso de poder, que abrange o excesso de poder e o desvio de finalidade, não resulta de conduta omissiva por parte do agente público.
65. Acerca dos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.
- Do princípio da reserva legal decorre a exigência de que as entidades da administração indireta sejam criadas ou autorizadas por leis específicas, assim como a determinação de que, no caso das fundações, leis complementares estabeleçam suas áreas de atuação.

66. Acerca dos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

O princípio da legalidade impede a administração pública de praticar atos inominados, enquanto sua realização é permitida aos particulares.

67. Considerando a responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

Segundo a teoria do risco administrativo, a culpa exclusiva da vítima não pode ser considerada como hipótese de exclusão da responsabilidade civil do Estado.

68. No que diz respeito aos serviços públicos, julgue o item a seguir.

Nem toda concessão de serviço público exige licitação prévia, contudo, toda concessão deve atender aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e igualdade.

69. Sobre a organização da administração pública, julgue o item a seguir.

A descentralização por colaboração ocorre quando a administração pública transfere a execução de um serviço a uma pessoa jurídica por meio de ato administrativo, mantendo, contudo, a titularidade desse serviço.

70. Considerando o controle da administração pública, julgue o item a seguir.

Cabe ao Poder Judiciário, no exercício do controle judicial, sustar, de ofício, os atos normativos do Poder Executivo que ultrapassem os limites do poder regulamentar.

71. Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A ausência de voluntariedade e de consciência na realização de um ato ilícito impede sua caracterização como improbidade administrativa.

72. Acerca da Lei de Processo Administrativo Federal n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

Quando a legislação exigir motivação para o ato administrativo, esta deve ser apresentada de forma explícita, clara e congruente, não podendo se limitar à simples concordância com os fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

73. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

A contratação de pareceres e perícias, por se tratarem de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, deve, obrigatoriamente, ser realizada por meio de licitação pública.

74. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados n.º 13.709/2018, julgue o item a seguir.

Caso o tratamento de dados pessoais ocorra em território nacional, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) será aplicável, mesmo que a operação seja conduzida por uma pessoa jurídica estabelecida em outro país.

75. Segundo a Lei de Acesso à Informação n.º 12.527/2011, julgue o item a seguir.

Se um cidadão tiver seu pedido de acesso à informação negado por um órgão público, poderá interpor recurso no prazo de 10 dias, contado a partir da ciência da negativa. O recurso deverá ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior ao servidor responsável pela resposta inicial, a qual dispõe de 5 dias para se manifestar.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA*Douglas Schneider*

Na evolução das abordagens da administração, diferentes escolas priorizam aspectos técnicos ou humanos para otimizar resultados. Considerando a abordagem das relações humanas, desenvolvida a partir dos estudos de Elton Mayo, julgue:

76. A priorização de métricas técnicas e resultados estatísticos operacionais, em detrimento de fatores comportamentais e sociais, é uma característica central dessa abordagem, que visa maximizar a eficiência por meio da padronização de tarefas.

As reformas da Era Vargas (1930-1945) buscaram modernizar o Estado, substituindo o patrimonialismo por mecanismos institucionais. Julgue a assertiva:

77. A reforma administrativa dos anos 1930, marcada pelo Decreto-Lei nº 579/1938, consolidou a impessoalidade e o mérito como princípios norteadores, combatendo o apadrinhamento e os privilégios corporativos no serviço público.

Na discussão sobre as diferenças ontológicas entre gestão pública e privada, é central compreender os objetivos primordiais de cada modelo. Julgue a assertiva:

78. Enquanto a gestão pública prioriza a criação de valor social, a promoção de equidade e o cumprimento de políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável, a gestão privada concentra-se na maximização do valor acionário, na lucratividade e na perenidade do negócio, mesmo que incorpore práticas de responsabilidade socioambiental como estratégia competitiva.

O planejamento estratégico é estruturado em fases interdependentes. Nesse sentido, julgue o item:

79. A fase de avaliação de resultados, que mensura a eficácia de ações anteriores, é pré-requisito para a geração de alternativas estratégicas, pois fornece insights sobre lacunas e oportunidades não exploradas.

Acerca de gestão de pessoas, julgue o item a seguir:

80. No nível estratégico (institucional), a gestão de pessoas está voltada à formulação de políticas de RH alinhadas à visão organizacional; no nível tático (intermediário), à mediação entre estratégias e práticas operacionais; e no nível operacional, à supervisão direta de equipes e execução de rotinas.

No contexto da gestão estratégica, a relação entre indicadores de desempenho e metas organizacionais é fundamental para alinhar ações a objetivos. Julgue:

81. A dissociação entre indicadores de desempenho e metas estratégicas é recomendável para garantir neutralidade na avaliação, permitindo que métricas reflitam resultados brutos, sem a influência de vieses de confirmação ou pressões por cumprimento de alvos pré-estabelecidos.

Considerando os parâmetros do modelo de excelência gerencial, analise o seguinte item no contexto da efetividade e aprimoramento dos serviços públicos.

82. O fundamento orientação por processos reconhece que a organização é formada por um conjunto de processos que precisam ser entendidos, de ponta a ponta, e considerados na definição das estruturas: organizacional, de trabalho e de gestão. Os processos devem ser gerenciados, de forma a agregar valor para as partes interessadas, visando à busca da eficiência e da eficácia nas atividades.

Considerando que ferramentas privadas como o Balanced Scorecard - BSC podem ser adaptadas ao setor público. Avalie a seguinte alternativa.

83. A perspectiva de impacto social no BSC público não apenas substitui a dimensão financeira, mas também integra indicadores de governança e transparência, seguindo os princípios e métricas de impacto social, para mensurar a criação de valor público além de resultados econômicos.

No contexto da Nova Gestão Pública (NGP) e da metodologia Balanced Scorecard (BSC), a análise SWOT é um instrumento crítico para alinhar estratégias organizacionais a ambientes dinâmicos. Julgue o item a seguir:

84. A categorização de oportunidades e ameaças como elementos internos na análise SWOT permite à organização antecipar disfunções na cadeia de valor, realinhando sua estrutura organizacional e métricas de desempenho para otimizar a entrega de serviços públicos.

Considerando a interseção entre gestão de pessoas e gestão de projetos, julgue o item a seguir:

85. As metodologias de gestão de projetos são adequadas para otimizar atividades operacionais contínuas e massificadas, como linhas de produção industrial ou atendimento ao cliente, pois garantem padronização e controle estatístico dos processos.

Acerca do ciclo de vida e da organização do projeto, julgue o item seguinte.

86. No contexto das metodologias de gerenciamento de projetos, o ciclo de vida preditivo é caracterizado pela definição precoce de escopo, cronograma e orçamento, com foco na entrega linear de produtos conforme planejamento rigidamente estruturado.

Acerca do processo racional de solução de problemas e fatores que afetam a decisão, julgue o item seguinte.

87. Decisões estruturadas, vinculadas a sistemas de informação gerencial, destinam-se a contextos excepcionais e não padronizados, enquanto decisões não estruturadas são aplicadas a problemas cotidianos com fluxos processuais estabelecidos.

Considerando o modelo de mudança organizacional de Kurt Lewin, julgue o seguinte item.

88. A fase de recongelamento, segundo Lewin, corresponde à identificação do paradigma que servirá de referência para as mudanças, envolvendo a seleção de modelos mentais e estruturas hierárquicas que serão adotados como padrão futuro, em detrimento da institucionalização de novas práticas.

Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

89. A criação de estruturas organizacionais na esfera pública via instrumentos legais (leis, decretos) inviabiliza a emergência de grupos informais, dada a rigidez hierárquica e a impessoalidade weberiana inerentes ao modelo burocrático.

Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

90. A transigência é uma estratégia de gerenciamento de conflitos em que ambas as partes cedem parcialmente para alcançar uma solução.

**ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO**

Leandro Ravyelle

- 91.** A dimensão financeira do orçamento público é evidenciada quando, por meio das contas, antecipa o resultado patrimonial e global da gestão.
- 92.** O Plano Plurianual deve manter um enquadramento dos programas nos tetos setoriais de gastos (realismo fiscal).
- 93.** Os programas finalísticos do Governo Federal contam com despesas com a manutenção dos órgãos de cada Poder, Ministério Público da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU) e Empresas Estatais, especialmente gastos de pessoal e custeio indispensáveis ao funcionamento administrativo.
- 94.** As diretrizes orçamentárias do Governo Federal estabelecem os limites para as propostas orçamentárias dos demais Poderes.
- 95.** Deve acompanhar a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere, um anexo de que conste a previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos destinados a investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.
- 96.** No caso do Orçamento da Seguridade Social, a complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas de seguridade, quando necessário, provém de transferências do Orçamento Fiscal.
- 97.** Integra o OS as receitas cuja classificação orçamentária caracterizem-nas como originárias da prestação de serviços de saúde, a depender das entidades a que pertencam.
- 98.** O orçamento por estratégia enfatiza o planejamento, priorização e a redução do orçamento.
- 99.** As transposições são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro.
- 100.** Na descentralização, as dotações serão empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objetivo previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitadas fielmente a classificação funcional e a estrutura programática e isso impede que estatais recebam créditos em descentralização, para viabilizar a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.
- 101.** Na classificação programática da despesa, a ação é aquilo que se pretende alcançar com a implementação da Política Pública.
- 102.** A função Encargos Especiais engloba as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.
- 103.** Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.
- 104.** As receitas previstas na LOA serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em cotas mensais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

105. A partir de 1º de janeiro de 2027, se verificado, ao final de um exercício, que a disponibilidade de caixa não é suficiente para honrar os compromissos com Restos a Pagar processados e não processados inscritos e com as demais obrigações financeiras, aplica-se imediatamente ao respectivo ente, até a próxima apuração anual, a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Acerca do Sistema de Contabilidade Federal, julgue a assertiva a seguir.

106. O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União. Além disso, as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária serão, também, objeto de registro, individualização e controle contábil.

107. O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas provisões.

108. O critério de definição do exercício financeiro para alocar a despesa orçamentária não é o seu pagamento, mas sim o seu empenho.

109. As despesas empenhadas em liquidação são aquelas cujo prazo para cumprimento da obrigação, assumida pelo credor (contratado), encontra-se vigente, ou seja, ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação patrimonial para o ente.

110. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Acerca do assunto, julgue a assertiva a seguir.

No momento da liquidação da despesa orçamentária referente ao adiantamento, há o reconhecimento do direito contra o agente suprido.

111. Alguns estoques do setor público podem incluir terrenos e propriedades mantidos para a venda.

112. O Município Audazes dos Pampas possui um complexo administrativo no qual algumas salas são alugados a terceiros para prestação de serviços de alimentação (restaurante) aos funcionários. Nesse caso, esse complexo administrativo deverá ser classificado como propriedade para investimento.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue a assertiva a seguir:

113. O 3º nível do PCASP corresponde ao título, composto por 1 dígito.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue as assertivas a seguir:

114. A coluna previsão atualizada do balanço orçamentário demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente, entre outras, de remanejamento entre naturezas de receita.

115. A atual concepção de estrutura do Balanço Patrimonial, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, possui um quadro principal e três quadros anexos.

GESTÃO DE PESSOAS

Elisabete Moreira

Acerca dos processos de gestão de pessoas e os temas correlatos, julgue os itens a seguir.

- 116.** O trabalho em grupo gera sinergia positiva por meio do esforço coordenado ao passo que o trabalho em equipe gera interação visando compartilhar dados, informações e auxiliar cada membro a atingir suas próprias metas.
- 117.** A gestão de pessoas nas organizações deve priorizar a realização dos objetivos individuais dos empregados e, em seguida, orientar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais.
- 118.** A metodologia de gestão por competências nas organizações públicas pressupõe a aplicação de uma etapa de mapeamento de competências, cujo objetivo é identificar as principais deficiências técnicas dos colaboradores da organização, a fim de promover programas de treinamento e capacitação eficientes.
- 119.** No processo de gestão do desempenho, o método da escolha forçada utiliza frases qualitativas e, segundo a literatura dominante, apresenta dificuldades de sua aplicação em decisões de avaliação, por isso deve ser acompanhado de outro método para ajudar nas decisões.
- 120.** A modernização na gestão pública passa pelo treinamento e capacitação das pessoas, em suas habilidades, atitudes e conhecimento. O treinamento oferece capacitação voltada para o cargo e para o longo prazo enquanto o desenvolvimento oferece capacitação voltada para a pessoa e para o futuro.
-

Discursiva

Em uma situação hipotética, o Poder Executivo da União elaborou suas peças de planejamento orçamentário. De todas as etapas e condições constitucionais necessárias, coube destaque aos seguintes fatos:

a. Os projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual foram apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.

b. Foi aprovada uma emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual, da seguinte forma:

b.1. a fonte de recurso foi proveniente de anulação de despesa.

b.2. a despesa anulada referia-se ao serviço da dívida.

c. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu:

c.1. de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

c.2. metas e prioridades da administração pública federal e as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública. Além disso, orientou a elaboração da lei orçamentária anual, dispôs sobre as alterações na legislação tributária e estabeleceu a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d. Apesar da regra de que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, foram inseridos artigos para

d.1. abertura de créditos suplementares e especiais

d.2. contratação de operações de crédito.

e. Na execução do orçamento, foi realizada, sem prévia autorização legislativa, transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo

Manifeste-se sobre esses fatos quanto à compatibilidade de cada um deles com o disposto na Constituição Federal de 1988. Justifique sua resposta.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
